

O longo processo de autodeterminação do Povo de Timor-Leste e o papel da Solidariedade Portuguesa

Antonio Barbedo

barbedofeup@gmail.com

Cinco pouco conhecidas estratégias e ações desenvolvidas pela solidariedade portuguesa liderada por A. Barbedo em diversos contextos: CDPM-Porto, Paz e Justiça para Timor-Leste, COJTUP, etc.

1.- O trabalho desenvolvido, na Assembleia da República, por António Barbedo de Magalhães, em representação da CDPM-Porto, de setembro de 1981 a maio de 1982, com deputados de todos os 9 partidos aí representados:

O objetivo foi lembrar, ao Parlamento, as responsabilidades de Portugal como Potência Administrante de Timor Português e convencer o Governo da necessidade urgente de agir para impedir que a questão da autodeterminação do território desaparecesse da agenda das Nações Unidas;

Em novembro de 1975, quando as autoridades portuguesas já tinham abandonado a ilha de Timor (para a ilha de Ataúro) e se tinham recusado a responder aos apelos da FRETILIN para que voltassem para a ilha principal, os líderes timorenses decidiram declarar unilateralmente a independência de Timor-Leste.

A partir daí, a FRETILIN passou a exigir que Portugal reconhecesse a RDT-L que unilateralmente tinha a declarado e que reconhecesse a FRETILIN como uma legítima representante do Povo Maubere (do Território).

Barbedo considerava que esta declaração unilateral de independência respeitava todas as exigências do Direito Internacional e, portanto, era legal. Mas se Portugal a reconhecesse, as suas responsabilidades como Potência Administrante cessariam e o Povo de Timor-Leste perderia completamente a sua voz na ONU.

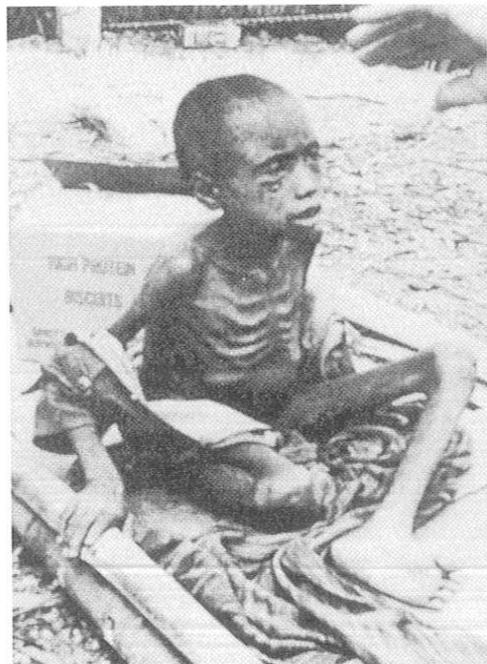
Desde o início (dezembro de 1975), Barbedo sempre disse aos líderes e representantes da FRETILIN, em Portugal, que discordava completamente destas exigências e que, para atingirem os seus objetivos, era crucial conquistar o apoio dos povos dos mais importantes países democráticos, o que não conseguiriam (a não ser marginalmente) se insistissem em ser considerados como os únicos legítimos representantes do Povo de Timor-Leste.

Foi por isso que nunca fez parte da Associação de Amizade Portugal-RDTL.

Segundo estudos feitos pelo investigador Moisés Fernandes, nos primeiros anos do século XXI, e só tornados públicos em 2007, em 1963 o Reino Unido, os EUA, a Austrália e a Nova Zelândia, assinaram um acordo secreto segundo o qual quando Portugal deixasse de controlar Timor estas potências ocidentais tudo fariam para que o controlo do território passasse para a Indonésia, em que Timor-Leste se deveria integrar.

Em 1979, as últimas bases da Resistência Timorense já tinham caído em mãos indonésias. Em 1982, já se tinham passado dois anos sem quaisquer notícias da Resistência nas montanhas, onde a situação era desesperada.

Famine - 1979 to 1982



Barbedo sentia que, neste contexto, a pressão das potências ocidentais estava a crescer sobre o governo português para deixar desaparecer a questão de T-L da Agenda da Assembleia-Geral da ONU, para viabilizar a anexação de T-L na Indonésia.

A exigência da FRETILIN para que Portugal reconhecesse a RDTL, autoproclamada em 28 de novembro de 1975, fragilizava a posição portuguesa na ONU, como representante do Povo do Território.

Por isso, em junho de 1981, Barbedo insistiu, mais uma vez, na imperiosa necessidade da FRETILIN mudar a sua estratégia, como pré-condição para a solidariedade (da CDPM-Porto) poder desenvolver um grande trabalho político e diplomático, de modo a convencer a AR e o Governo Português a assumir uma firme attitude de acordo com as responsabilidades e deveres que cabiam a Portugal, como Potência Administrante de Timor Português.

Felizmente, em agosto de 1981, Abílio Araújo e restantes líderes da Fretilin concordaram com a estratégia da CDPM- Porto e António Barbedo de Magalhães pode desenvolver o trabalho político e diplomático que considerava imprescindível junto de todos os partidos representados na Assembleia da República, sem uma única exceção.

Em agosto de 1981, durante as férias que fez na Bélgica e na Holanda, Barbedo fez contactos com parlamentares belgas e europeus ou os seus secretariados em Bruxelas. Ficou, assim, a saber que em 23 de maio de 1980 o Parlamento Europeu tinha aprovado uma proposta, da eurodeputada socialista Ien van den Heuvel, de uma Resolução que propunha que se criasse uma comissão internacional para investigar as violações dos Direitos Humanos em Timor-Leste desde a invasão.

PREPARAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA PORTUGUESA PARA A ELIMINAÇÃO DA QUESTÃO DE TIMOR DA AGENDA DAS NAÇÕES UNIDAS

Até 1981, a solidariedade portuguesa apoiava a estratégia da FRETILIN, que enfatizava a necessidade do reconhecimento da RDTL (autoproclamada em 28 de Novembro de 1975) e da FRETILIN como único legítimo representante do Povo Maubere.

Barbedo de Magalhães considerava que, para ser eficaz, a solidariedade tinha que ignorar essas duas exigências. Em Julho de 1981 obteve o acordo do representante

da Fretlin, Abílio de Araújo, para defender o direito à autodeterminação sob três condições: (1) considerar Timor-Leste um território não-autónomo ainda sob a responsabilidade da Potência Administrante, Portugal; (2) não considerar nenhum partido ou frente timorense como único legítimo representante do povo de Timor-Leste; (3) considerar Timor-Leste, em Portugal, como uma questão nacional e não apenas dos partidos de esquerda.

Um relatório secreto elaborado pelo Almirante Almeida e Costa, o Capitão-de-Fragata Vítor Crespo e o Tenente-Coronel Canto e Castro, denominado «O Problema de Timor», concluía que sem o advento de factos políticos novos era praticamente impossível obter de novo condições que permitissem a Portugal retomar o exercício das suas responsabilidades de Potência Administrante.

Em notícia de Nova York um jornalista filho do MNE português dava a entender que o assunto estava a morrer na ONU e que nada se podia fazer para o evitar.

Um programa «Grande Reportagem» sobre Timor-Leste apresentado pela RTP em 7 de Outubro de 1981 atirava

Nessa «Grande Reportagem» era defendida a tese de que o que acontecera em Timor era em grande medida culpa de alguns portugueses, os 'descolonizadores', que tinham governado o país depois da Revolução de 1974. O programa televisivo foi visto por Barbedo de Magalhães como uma preparação da opinião pública para aceitar o facto consumado da integração de Timor-Leste na Indonésia e atirar as culpas para os políticos e os partidos que nessa altura estavam na oposição.

a culpa pela situação do ex-Timor Português para os políticos e os partidos que nessa altura estavam na oposição.



Abílio de Araújo no uso da palavra. À direita na mesa, Manuel Toriã, deputado Manuel Tilman e Barbedo de Magalhães.



Primeiras páginas de «A Capital» e de «O Diabo», respectivamente de 8 e 13 de Outubro de 1981 - em ambos os jornais, os títulos falavam de «culpados» e de «culpados»



Debate no Porto, 1981-12-01, para acordar a opinião pública e motivar o parlamento e o governo a fazer o necessário para evitar uma derrota nas Nações Unidas em 1982

Em tudo isto podia ler-se, subjacente, uma avaliação e decisão políticas: em 1982, na Assembleia-Geral da ONU, os defensores do direito à autodeterminação de Timor-Leste iriam perder a votação.

Tornava-se por isso extremamente urgente fazer alguma coisa para forçar o Governo Português a fazer trabalho diplomático que evitasse a derrota prevista para a sessão seguinte da Assembleia-Geral da ONU.



Em Agosto, Barbedo de Magalhães viajou até à Bélgica, onde estabeleceu contactos com parlamentares belgas e eurodeputados. Soube então que o Parlamento Europeu aprovara em 23 de Maio de 1980 uma resolução sobre as violações dos direitos humanos em Timor-Leste.

A resolução fora ignorada em Portugal mas era um pretexto para Barbedo de Magalhães se dirigir ao Parlamento Português e outros órgãos de soberania e dizer-lhes que também podiam fazer alguma coisa pelo povo timorense.

Em Setembro, Barbedo de Magalhães apresentou esta estratégia aos líderes da FRETILIN em Portugal, que manifestaram opinião favorável. Algumas pessoas da solidariedade reagiram com dúvidas e reservas.

Uma das personalidades contactadas na Assembleia da República foi Manuel Tilman, deputado independente pela Associação Social-Democrática Independente (ASDI) e o único

EUROPEAN PARLIAMENT

Working Documents

1980 - 1981

20 May 1980

DOCUMENT 1-181/80

MOTION FOR A RESOLUTION

tabled by Mrs Van den HEUVEL

on behalf of the Socialist Group

with request for urgent debate

persuant to Rule 14 of the Rules of Procedure

on the situation in East Timor

The European Parliament,

- having regard to the memorandum presented in April by Amnesty International to the governments represented at the conference of the 'Intergovernmental Group on Indonesia';
- having regard further to the submission presented on 6 February 1980 to the International Affairs Committee of the US Senate (Prepared Testimony on Human Rights in Indonesia and in East-Timor)
- whereas it emerges from these two documents that
 - many hundreds of people have been held prisoner in intolerable conditions on that island since the Indonesian invasion,
 - that these prisoners are frequently tortured,
 - that many Fretelin members have disappeared after being arrested by Indonesian troops,
 - that other members of this liberation organization who responded to an amnesty announced by the Indonesian authorities have been executed,
 - that 200,000 East Timoreans are suffering from acute undernourishment and 60,000 of these are in need of urgent medical attention,
 - that international aid has, not been reaching the population, owing to the intervention of the Indonesian military,

- whereas, furthermore, the Community maintains through treaties relations with the ASEAN countries, of which Indonesia is one,

1. Proclaims the urgent need for an early international investigation into the situation of political prisoners in East Timor, as well as an investigation into the effects on the local population of the Indonesian occupation of East Timor;
2. Calls on the Commission, the Council and the Foreign Ministers meeting in political cooperation to take steps to bring about such an international investigation and help to ensure that extensive humanitarian aid is granted which directly benefits the distressed population;
3. Calls in particular on the Foreign Ministers meeting in political cooperation to modify their position with regard to the UN resolution on East Timor and at the same time to enter into consultations with the government of Portugal with a view to reaching a satisfactory settlement to the East Timor issue;
4. Calls lastly on the Commission, Council and Foreign Ministers meeting in political cooperation to inform Parliament of the steps taken;
5. Instructs its President to forward this resolution to the Council, the Commission and the Foreign Ministers meeting in political cooperation.

JUSTIFICATION OF THE REQUEST FOR URGENT PROCEDURE

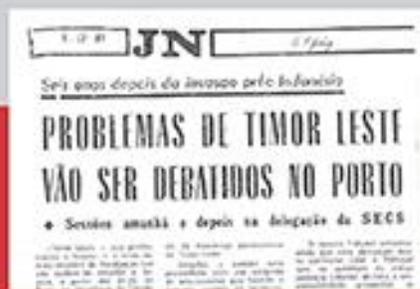
Through the memorandum published at the end of April by Amnesty International and the recently held conference of the 'Inter-governmental group on Indonesia', it has become clear that speedy action is urgently needed to deal with the problems of political prisoners and famine in East Timor.

PE 65.127

Nessa «Grande Reportagem» era defendida a tese de que o que acontecera em Timor era em grande medida culpa de alguns portugueses, os 'descolonizadores', que tinham governado o país depois da Revolução de 1974. O programa televisivo foi visto por Barbedo de Magalhães como uma preparação da opinião pública para aceitar o facto consumado da integração de Timor-Leste na Indonésia e atrair as culpas para os políticos e os partidos que nessa altura estavam na oposição.



Primeiras páginas de «A Capital» e de «O Diabo», respectivamente de 8 e 13 de Outubro de 1981 - em ambos os jornais, os títulos falavam de «cúmplices» e de «culpados»



Em 29 de Janeiro de 1982, o Jornal de Notícias publicou um longo artigo tendo como título na 1ª página «Timor-Leste: Governo (impotente) endossa o problema a Eanes», isto é, para o Presidente da República.



Recorte(s) de jornal de 29 de Janeiro de 1982 sobre 'impotência do governo'.

TIMOR LESTE: NÃO SE CHORE O PASSADO!

RESISTÊNCIA À AGRESSÃO

JÁ DURA HÁ SEIS ANOS

A resolução fora ignorada em Portugal mas era um pretexto para Barbedo de Magalhães se dirigir ao Parlamento Português e outros órgãos de soberania e dizer-lhes que também podiam fazer alguma coisa pelo povo timorense.

Em Setembro, Barbedo de Magalhães apresentou esta estratégia aos líderes da FRETILIN em Portugal, que manifestaram opinião favorável. Algumas pessoas da solidariedade reagiram com dúvidas e reservas.

Uma das personalidades contactadas na Assembleia da República foi Manuel Tilman, deputado independente pela Associação Social-Democrática Independente (ASDI) e o único deputado timorense no Parlamento português. Manuel Tilman reagiu com entusiasmo à ideia de mobilizar o Parlamento e entregou ao Presidente da República (Ramalho Eanes) uma cópia dum dossier preparado por Barbedo de Magalhães. Este, por sua vez, contactou deputados de todos os grupos parlamentares.

EXCEÇÃO PARA O PORTO

DISPENSÃO
DESPEJOS
O CONSELHO
MINISTROS

PÁGINA 11

OSTO PROFISSIONAL

CLARAÇÕES

É 12

FEVEREIRO

QUEI EM PATINS

SER REPETIDO

ORTO-SPORTING

ÇA DE PORTUGAL

Le em *Diário*

INVOCADA A CONSTITUIÇÃO NO PARLAMENTO

PS NÃO QUER «VER»
TERCEIRO CANAL DE TV

• «NOTAS FALSAS» NO FESTIVAL DA CANÇÃO?

LER NA PÁGINA SEIS

Jornal de Notícias 1982.01.29



Está já em Copenhaga o líder governamental, Francisco Balsemão. Mas os problemas no âmbito do processo de integração na Comunidade Europeia surgem agora em Alemanha, que procura globalizar o âmbito dos países bálticos. Por outro lado, André Luís, ministro adjunto da CEE, procura minimizar as eventuais inconveniências à circulação de trabalhadores. Isso, sem dá conta o estado do Ministro Santos, no seu relatório que publicamos na página 2.

TIMOR-LESTE

GOVERNO (IMPOTENTE) ENDOSSA PROBLEMA A EANES

Timor-Leste volta, um pouco subtilmente, à cena nacional. Com o dramático problema do povo maubere ainda por resolver, o Governo considera ter esgotado todas as suas possibilidades de actuação. Ao que parece, entendeu transferir a «batata quente» para as mãos do presidente da República, a quem compete também, segundo a Constituição, solucionar a questão de Timor-Leste. Entretanto, talvez já se tenham perdido uns meses preciosos... (LER NA PÁGINA 2)

BALSEMÃO NA DINAMARCA MAS A PENSAR NA ALEMANHA

NT NOTÍCIAS DA TARDE - a publicidade que prestigia

TIMOR-LESTE

GOVERNO

(IMPOTENTE)

ENDOSSA

PROBLEMA

A EANES

Nessa altura o governo português dizia ter feito tudo o que estava ao seu alcance e que estava impotente para fazer mais alguma coisa.

Timor-Leste volta, um pouco subtilmente, à cena nacional. Com o dramático problema do povo maubere ainda por resolver, o Governo considera ter esgotado todas as suas possibilidades de actuação. Ao que parece, entendeu transferir a «batata quente» para as mãos do presidente da República, a quem compete também, segundo a Constituição, solucionar a questão de Timor-Leste. Entretanto, talvez já se tenham perdido uns meses preciosos... (LER NA PÁGINA 2)

Ao fim de pouco mais de meio ano de trabalho político na Assembleia da República, junto de deputados de todos os 9 partidos, em 2 de abril de 1982 foi aprovada, pelo Parlamento, a decisão de criar uma **Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste. A escolha e eleição dos deputados que a deviam integrar ficou para mais tarde.**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
 * Presidência *

Entrada N.º 1092
 DATA 26/3/82

Exmo Senhor
 Presidente da
 Assembleia da República
 Lisboa, 26 de Março 1982

Admissível
 M. Pimenta não um fórum
 de artº 39, vem a conclusão
 c/a do 9º.
 26.3.82
 M. Pimenta de artº 6º.

Os Deputados abaixo assinados vêm, nos termos dos artigos 181º nº1 da Constituição da República Portuguesa e do artº 48º nº 1 do Regimento da Assembleia da República, requerer a constituição de uma comissão eventual para acompanhamento da situação em Timor Leste, para o cumprimento do artº 307º da Constituição da República Portuguesa (Independência de Timor Leste) e para a implementação da última resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas para o mesmo.

Mais se requer a publicação imediata no "Diário da Assembleia da República", com a maior brevidade, como exige a situação de Timor - Leste e das suas populações.

- ASD) Manuel Tifman PSD Henri Henri-Apau
- PPM - HENRIQUE BARRILERO RIVAS
- CDS - CARLOS NOBELO
- CARLOS CHARDAL
- Helena Pereira
- VEOS - António Costa Gomes
- MAN. - Helena Costa Gomes
- Marcela Cunha
- António Reis
- José Xerez
- Carlos Lage
- Jorge Miranda
- António José Gusmão
- José Xerez



MESA-REDONDA

"TIMOR LESTE—UMA RESPONSABILIDADE A ASSUMIR"

Participam Deputados da Assembleia da República de todos os Partidos:

PSD — Natália Correia

PS — Carlos Candal

CDS — Azevedo Coutinho

PCP — Silva Graça

PPM — Barrilaro Ruas

ASDI — Manuel Tilman

UEDS — Octávio Cunha

MDP/CDE — António Taborda

UDP — Mário Tomé

INTERVÊM — JORNALISTAS DE VÁRIOS ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

MODERADOR: Comissão para os Direitos do Povo Maubere-Porto e o Jornalista Adelino Gomes



DIA 8 DE MAIO DE 1982 ÀS 21,00 HORAS NO ANFITEATRO DA ESCOLA

SUPERIOR DAS BELAS-ARTES DO PORTO (Av. Rodrigues de Freitas)

ORGANIZAÇÃO: COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE-PORTO

A partir desta Mesa Redonda, de deputados de todos os partidos representados no Parlamento, a posição dos sucessivos governos portugueses nunca mais foi de querer deixar morrer a questão nas Nações Unidas, apesar de continuarem as pressões internacionais e as tentações de alguns políticos portugueses.

TIMOR LESTE

(Mesa Redonda)

A "COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE" do Porto promoveu uma Mesa-Redonda a 8/5/82 com a representação de todos os grupos parlamentares e vários jornalistas. Coordenou Adelino Gomes.

A Comissão propõe-se:

1. Divulgar a situação.
2. Colaborar com organismos que tornem possível uma saída.
3. Divulgar as aspirações e cultura do Povo Maubere.

Natália Correia (PSD) falou da passividade de Portugal junto da ONU, que só em Novembro de 1981 fez uma acusação formal. Falou de uma consciência colectiva de hipocrisia e do barulho que se fez a volta da Polónia, Afeganistão, etc., e do silêncio o grave sobre esta questão.

Carlos Çandal (PS) falou da sua experiência pessoal. Durante o tempo que lá viveu (quando era colónia portuguesa) nunca sentiu interesse de Portugal. A actual situação é uma humilhação que não tem semelhante desde o "ultimatum" inglês sobre a África. O Direito Público Internacional é palavra vã. Disse que Portugal tem obrigação de reconhecer pública e oficialmente a FRETILIM, de lhe abrir as portas e de responsabilizar a Indonésia.

Azevedo Coutinho (CDS) disse que a situação era degradante para Portugal e referiu as dificuldades de Portugal no momento em que deu a Independência: estávamos com imensos problemas e com refugiados aos montes. Disse também que é um facto que se abandonou Timor.

Ilda Figueiredo (PCP) falou de um dos maiores genocídios (o do Povo Maubere). Referiu Natália Correia na importância dada e barulho a volta da Polónia e

Afeganistão, contrastando com o silêncio e a passividade naquilo que nos diz directamente respeito, como é o caso Timor.

Referiu que desde Dezembro de 1975, que foi a data da invasão pela Indonésia, esse povo viu ser progressivamente destruída a sua cultura e a sua identidade como povo. Falou da tradição de luta desse povo e da resistência ao colonialismo português antes do 25 de Abril.

Manuel Tilman (ASDI) interpelou os partidos que tem influência nos seus congéneres internacionais e o pouco ou nada que tem feito.



-O caso TIMOR...

O representante da UEDS disse que hoje continua a resistir-se em Timor, apesar das mortes. O Povo Maubere não desiste da sua luta pela sua cultura. É uma força. Denunciou Portugal por na

ONU se limitar a votar as iniciativas de outros países, com os quais até não está de acordo, e nunca ter tomado a iniciativa. Afirmou que só temos feito política de corredor e que não temos internacionalizado a nossa política acerca deste grave caso.

Março Tomás (UDP) disse que o equilíbrio estratégico e desculpa para o Imperialismo. Falou das dependências económicas internacionais que nos tiram a voz, e da gravidade de não se ter reconhecido a FRETILIM. Disse: "Temos de assumir em pleno as nossas responsabilidades. Foi proclamada a independência (de Timor) e a Indonésia é um povo invasor. Timor está hoje de novo colonizado e é preciso ajudar a libertá-lo. Se não se fizer isto, estamos a verter lágrimas de crocodilo, quando se fala com do da tragédia de Timor."

O Povo Maubere não tem contado

para discutir um problema que é seu. São sempre as influencias e interesses das duas grandes potências que entram em jogo.

O PPM e o MDP-CDE referiram aspectos já tocados, mas na mesma linha da defesa do Povo Maubere.

Findas estas intervenções, os jornalistas colocaram varias questões e interpelações a alguns partidos presentes e suas possi-

bilidades, dado o que tinham afirmado.

Azevedo Coutinho foi muito interpelado em virtude do cargo governamental que tinha desempenhado. Foi um chover de questões sobre ele, que foi respondendo como pôde, mas muitas vezes sem conven-

cer.
VALEU A PENA ESTA MESA-REDONDA.
PARABÉNS AOS ORGANIZADORES! CONTINUEM E DAREMOS O APOIO QUE NOS FOR POSSÍVEL.

— Aos vinte de Maio de mil novecentos e oitenta e dois, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu pela primeira vez a "Comissão Orçamental Para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste", empossada pelo Senhor Presidente da Assembleia da República em onze de Maio de mil novecentos e oitenta e dois, com a presença dos Senhores Deputados que assinaram o livro de presenças.

— Verificada a existência de quorum para deliberações, foi decidido por unanimidade eleger Presidente da Comissão o Deputado Senhor Manuel Tilmann; mais ficou acordado que os Partidos: Social Democrata; Socialista; Centro Democrático Social; e Comunista Português, proporiam um Vice-Presidente cada, ficando para decisão em próxima reunião a composição definitiva da mesa da Comissão.

Exatamente um mês depois desta Mesa Redonda, em 8 de junho de 1982, ficou definida a constituição desta Comissão, foi eleito o seu Secretariado, e foi aprovado o Programa desta primeira Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste.

Quem presidiu a esta primeira Comissão Eventual foi o Deputado da ASDI Manuel Tilman, advogado timorense, que desempenhou um papel importantíssimo na sua criação. Com ele foram eleitos dois secretários: o deputado Lemos Damião, do PSD e o Deputado Arons de Carvalho, do PS.

Acta número dois

Aos oito de Junho de mil novecentos e oitenta e dois, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu a "Comissão eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste", na sala da Biblioteca da Assembleia da República.

Verificada a existência de "quorum" para deliberar, o Presidente da Comissão pediu aos representantes dos quatro maiores Partidos a indicação dos nomes para exercerem as funções de Vice-Presidentes bem como a indicação de dois nomes para exercerem os lugares de secretários, pertencentes às duas maiores forças partidárias.

Em junho-julho de 1981 estes três deputados deslocaram-se à Austrália, onde falaram com muitos refugiados que os informaram de que os massacres e as violações dos direitos humanos continuavam a ser terríveis.

Depois, deslocaram-se à Sede das Nações Unidas onde as representações dos países que contactaram lhes disseram sempre o mesmo: *«Da Indonésia recebemos muitos relatórios a dizer que estão a construir estradas, escolas e hospitais e que as relações entre os militares indonésios e as populações, a quem estes ajudam, nos seus trabalhos agrícolas e outros, são boas; de Portugal, nunca recebemos qualquer relatório.»*

Em 23 de setembro de 1982, aproximando-se a reunião do outono da Assembleia-Geral das Nações Unidas, a CDPM-Porto organizou uma segunda Mesa-Redonda, também na Escola Superior das Belas Artes do Porto, desta vez sobre «Timor-Leste, Portugal e a ONU». O objetivo era apoiar o reforço da cooperação entre o Governo e o Presidente da República, que entretanto se tinha começado a estabelecer, e aumentar a convicção do Governo Português de que ainda era possível vencer a batalha diplomática na ONU

JN - 23-9-82 (pág. 5)
Mesa-redonda nas Belas-Artes

TIMOR-LESTE PORTUGAL E A ONU

O imenso drama do povo de Timor-Leste, um povo ameaçado pelo genocídio, estará no centro do debate que se vai realizar na segunda-feira, pelas 21,15 horas, no anfiteatro da Escola Superior de Belas-Artes — ESBAP — à Avenida de Rodrigues de Freitas, 265. A mesa-redonda tem por tema «Timor-Leste, Portugal e as Nações Unidas» e conta com a participação da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, composta pelos deputados à Assembleia da Repu-

blica Manuel Tilman (ASDI), Lemos Damiano (PSD) e Arons de Carvalho (PS), respectivamente, presidente e vice-presidentes. Intervêm no debate os jornalistas José da Silva, da RTP; Carlos Magno, da RDP; e Santos Ribeiro, do JN.

A mesa-redonda é promovida pela Comissão para os Direitos do Povo Maubere (Porto). Durante a mesma, aqueles deputados poderão dar conta das recentes diligências feitas na viagem efectuada à Austrália e às Nações Unidas.

A entrada é livre.

JN - 23-9-82 (pág. 5)
Mesa-redonda nas Belas-Artes

TIMOR-LESTE PORTUGAL E A ONU

O imenso drama do povo de Timor-Leste, um povo ameaçado pelo genocídio, estará no centro do debate que se vai realizar na segunda-feira, pelas 21,15 horas, no anfiteatro da Escola Superior de Belas-Artes — ESBAP — à Avenida de Rodrigues de Freitas, 265. A mesa-redonda tem por tema «Timor-Leste, Portugal e as Nações Unidas» e conta com a participação da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, composta pelos deputados à Assembleia da Repu-

blica Manuel Tilman (ASDI), Lemos Damiano (PSD) e Arons de Carvalho (PS), respectivamente, presidente e vice-presidentes. Intervêm no debate os jornalistas José da Silva, da RTP; Carlos Magno, da RDP; e Santos Ribeiro, do JN.

A mesa-redonda é promovida pela Comissão para os Direitos do Povo Maubere (Porto). Durante a mesma, aqueles deputados poderão dar conta das recentes diligências feitas na viagem efectuada à Austrália e às Nações Unidas.

A entrada é livre.

Finalmente, no verão de 1982 o Primeiro-ministro, Francisco Pinto Balsemão, concordou em desencadear, em conjunto com o Presidente da República, General Ramalho Eanes, uma muito forte e urgente campanha diplomática para conseguir o apoio do maior número possível de países para uma proposta de resolução que, pela primeira vez, foi submetida à Assembleia-Geral da ONU por Portugal.

EANES E GOVERNO EM SINTONIA QUANTO AO PROBLEMA DE TIMOR

• Embaixadores itinerantes «sensibilizam» África e América Latina

O drama de Timor-Leste volta à «ordem do dia» das questões nacionais e internacionais. Ainda bem que assim é, pois o povo maubere continua a lutar, continua a sofrer na carne as incríveis atrocidades da ditadura indonésia. Mortos, são já 300 mil. Mas o número terrível (e um só que fosse...) parece preocupar pouco, dada a distância e a ausência das primeiras páginas de jornal. O discurso do primeiro-ministro na ONU, depois de amanhã, não vai esquecer Timor. Todavia, há dúvidas e receios quanto ao teor da votação que a Assembleia Geral das Nações Unidas fará sobre a matéria. De tudo isto se falou anteontem no Porto.

Do que os deputados Manuel Tilman (ASD), Arons de Carvalho (PS) e Lemos Damião (PSD) ouviram e disseram, tanto na Austrália como em Nova Iorque, nas Nações Unidas, onde recentemente estiveram como delegação oficial do Parlamento português, já muito se falou — mas talvez ainda não o bastante. Manuel Tilman: «A opinião pública portuguesa está sensibilizada para o problema timorense mas não o conhece em profundidade. Além disso, o assunto tem que fazer parte das grandes questões nacionais do momento, não pode nunca ser esquecido enquanto não se resolver».

Aqueles três deputados estiveram anteontem no Porto, numa sessão promovida pela Comissão para os Direitos do Povo Maubere. O tema do colóquio — «Timor-Leste, Portugal e as Nações Unidas» — dizia o essencial do porquê da iniciativa neste momento. Ou seja, a Assem-

bleia Geral da ONU tem agenda, para a sua 37.ª sessão, a questão de Timor. É também com esse objectivo que Balsemão vai falar ao Palácio de Vidro; foi também por isso que os três deputados da Comissão Eventual da AR para o acompanhamento da situação em Timor-Leste se desdobraram em contactos, quando estiveram na ONU; é ainda por isso que, na próxima semana, partem de Lisboa dois embaixadores itinerantes, um rumo a África, outro à América Latina, em ordem a sensibilizar um conjunto de países antes da votação nas Nações Unidas.

• Diplomacia de Jacarta deixa Portugal para trás

Pode a ONU fazer alguma coisa, quando a sua ineficácia vem sendo provada em tantos litígios? Uma coisa

pode, pelo menos: manter a questão de Timor-Leste entre as que preocupam (mais ou menos...) a opinião internacional, não a deixando cair definitivamente para o lado, como pretendia a Indonésia, país invasor daquele território administrado por Portugal.

A verdade é que o regime da Jacarta se tem multiplicado em iniciativas diplomáticas e propagandísticas, tirando daí alguns resultados. Em 1975, uma moção a condenar a Indonésia foi aprovada na ONU com 72 votos a favor e 10 votos contra. Pois no ano passado, moção semelhante re-ebeu apenas 54 votos contra 42 (abstenções foram 46).

Como sublinhou Arons de Carvalho, este é um sinal preocupante, e tanto mais que a margem de votos favoráveis pode este ano descer de 12 para 10, por mudança de posição do Irão e do Líbano.

A Indonésia, é certo, tem «armas» poderosas no cotejo internacional: é país produtor de petróleo, faz parte da OPEP, goza de apoios dos países muçulmanos, integra o Movimento dos Não-Alinhados, é bastião anticomunista no Sudoeste Asiático. Essas «armas», tem sabido utilizá-las através de uma diplomacia muito agressiva, captando apoios para a sua causa. E capta-os até onde menos se esperaria (sob a forma de voto favorável ou de abstenção), por razões diversas: entre os países da CEE, que tem Portugal como candidato, entre os países da OTAN, a que pertence o

AUTARQ

(Continua na página 15)

Povo maubere mais uma vez na ONU

A FORÇA DA RAZÃO ESTÁ DO NOSSO LADO

— disse Balsemão à partida para Nova Iorque

O primeiro-ministro, Francisco Pinto Balsemão, partiu ontem ao princípio da tarde para Nova Iorque, onde participará nos debates da 37.ª Assembleia Geral das Nações Unidas, que volta a debater uma moção de apoio ao direito à autodeterminação do povo da antiga colónia portuguesa de Timor-Leste, desde 1975 sob o domínio indonésio.

Este será, aliás, o tema dominante da intervenção de Balsemão programada para a tarde, como ontem te-

ra já o foi a sua participação na Assembleia das Nações Unidas. Pinto Balsemão aproveitará o estadia em Nova Iorque para contactar com dirigentes políticos de outros países e, nomeadamente, com o secretário de Estado americano George Schultz e com o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar. No primeiro encontro, a renegociação da base das relações bilaterais e no quadro da OTAN. No segundo, tudo indica que a



Povo maubere mais uma vez na ONU

A FORÇA DA RAZÃO ESTÁ DO NOSSO LADO

— disse Balsemão à partida para Nova Iorque

O primeiro-ministro, Francisco Pinto Balsemão, partiu ontem ao princípio da tarde para Nova Iorque, onde participará nos debates da 37.ª Assembleia Geral das Nações Unidas, que volta a debater uma moção de apoio ao direito à autodeterminação do povo da antiga colónia portuguesa de Timor-Leste, desde 1975 sob o domínio indonésio.

Este será, aliás, o tema dominante da intervenção de Balsemão programada para sexta-feira à tarde, como ontem revelou aos jornalistas momentos antes da partida. O primeiro-ministro abordará também o problema de Timor-Leste nos seus encontros com o secretário-geral das Nações Unidas e com outros dirigentes políticos, na convicção de que «temos a força da razão» e na esperança de que «um trabalho de esclarecimento nos permitirá manter uma posição favorável ao nosso interesse e a nossa capacidade negociadora em relação à proposta de resolução».

No seu discurso nas Nações Unidas, Pinto Balsemão pronunciar-se-á também sobre a crise no Médio Oriente, a situação na África Austral, no Afeganistão e no Camboja, e, de um modo geral, sobre o problema dos direitos humanos. Será, portanto, segundo nos revelou o primeiro-ministro, uma apreciação global da situação política e económica mundial e o papel dos pequenos e médios países na tentativa de resolução dos conflitos existentes, assim como a definição de uma posição sobre o papel das próprias Nações Unidas.

Paralelamente à sua participação na Assembleia das Nações Unidas, Pinto Balsemão aproveitará a estadia em Nova Iorque para contactar com dirigentes políticos de outros países e, nomeadamente, com o secretário de Estado americano George Schultz e com o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar. No primeiro encontro, a renegociação da base das Lajes deverá ser o tema principal, assim como as relações bilaterais e no quadro da OTAN. No segundo, tudo indica que a questão dominante será o problema de Timor-Leste.

Ainda em Nova Iorque, o primeiro-ministro manterá contactos com homens de negócios, presidindo a um almoço que reunirá centenas de pessoas. Terá ainda contactos com presidentes de diversos bancos e «tudo isto com o objectivo de aumentar o interesse por Portugal, quer em matéria de investimentos, quer no que toca às nossas exportações» — revelou Balsemão.

Depois da sua estadia nos Estados Unidos, Pinto Balsemão visitará o Canadá, correspondendo a um convite do primeiro-ministro Pierre Trudeau. Aí serão abordados problemas de interesse bilateral e o primeiro-ministro será acompanhado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e da Agricultura e Pescas, e pelo secretário de Estado da Exportação. A delegação portuguesa empenhar-se-á em implementar as relações comerciais entre Portugal e o Canadá e Pinto Balsemão terá também oportunidade de contactar com as comunidades portuguesas em Toronto e Montreal.

Questão de Timor-Leste agita-se

DL - 28/5/82

Embaixadores portugueses vão a África e América Latina

PORTO, 28 — Dois embaixadores portugueses partem na próxima semana para a América Latina e África com a exclusiva missão de contactar vários países sobre o dramático problema de Timor-Leste, onde já foram dizimados 300 mil habitantes. A informação foi tornada pública ontem à noite, na Escola de Belas Artes, durante uma sessão de solidariedade subordinada ao tema «Timor-Leste, Portugal e as Nações Unidas», promovida pela Comissão para os Direitos do Povo Maubere, e que contou com a presença dos deputados Manuel Tilman, Lemos Damião e Arons de Carvalho.

Estes deputados, que fazem parte da Comissão Eventual da AR para o problema de Timor-Leste, fizeram recentemente uma digressão diplomática à Austrália e USA (ONU) e verificaram a estranheza com que vários países apreciam a situação de demissionismo com que Portugal tem enfrentado o problema. «Na Austrália, por exemplo, o problema de Timor é muito mais falado do que em Portugal» — sublinhou Manuel Tilman.

A defesa do direito à autodeterminação do povo timorense foi defendido por todos os deputados, que não deixaram de real-

çar o facto de haver neste momento, uma consonância de posições entre os vários órgãos de soberania, quanto ao problema de Timor-Leste. A solução, disseram, passa primeiro pela ultrapassagem do problema internacional da invasão perpetrada pelas tropas do regime ditatorial de Suharto e, em seguida, pelo processo de descolonização que compete a Portugal.

«Para nós, o problema de Timor é mais importante do que o do Líbano» — disse a dado passo o deputado social-democrata Lemos Damião. Arons de Carvalho, por sua vez, considerou que, até aqui, o poder negociador de

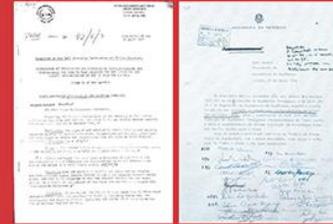
Portugal tem sido inferior ao da Indonésia, que tem movido muitas influências, enquanto o nosso país não aproveita sequer o mínimo poder existente.

A sessão foi presidida pelo eng. Barbedo Magalhães, da Comissão de Direitos para o Povo Maubere, que fez apelo a uma acção agressiva da política externa portuguesa, e teve também a participação dos jornalistas Fátima Torres (RTP), Carlos Magno (RDP), José Queirós («Expresso») e Luís Humberto Marcos, nosso camarada de Redacção.



DA PREVISÍVEL DERROTA À VITÓRIA NA ASSEMBLEIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

A estratégia a seguir foi discutida por Barbedo de Magalhães com Manuel Tilman, que descobriu que o Regimento da Assembleia da República permitia criar comissões *ad hoc*. A 26 de Março de 1982, foi apresentado na Assembleia da República um requerimento para a criação de uma Comissão Eventual para o Acompanhamento da Situação em Timor (CEAT), com vista ao cumprimento do artigo 307º da Constituição Portuguesa relativo à independência de Timor. O requerimento foi subscrito por deputados de todos os partidos políticos.



Requerimento para criar a Comissão Eventual da Assembleia da República para Acompanhamento da Situação em Timor (CEAT) proposto pelo deputado timorense Manuel Tilman.

Entretanto, Barbedo de Magalhães e a CDPM-Porto organizaram aquele que foi o primeiro debate público sobre Timor com representantes de todos os partidos políticos. A mesa-redonda «Timor-Leste, uma responsabilidade a assumir» realizou-se no Porto a 8 de Maio de 1982.



Folheto anúncio para Mesa-redonda de 1982-05-08.

Pouco depois, a CEAR iniciou os seus trabalhos, estabelecendo contactos com refugiados timorenses na Austrália, que confirmaram o genocídio em Timor-Leste, e com delegações de muitos países na ONU, que informaram que recebiam relatórios do Governo Indonésio sobre as suas realizações em Timor mas que de Portugal nunca haviam recebido quaisquer informações sobre o território.



Recorte do Jornal de Notícias de 8 de Maio de 1982.

TIMOR-LESTE PORTUGAL E A

O imenso drama do povo de Timor-Leste, um povo ameaçado pelo genocídio, estará no centro do debate que se vai realizar na segunda-feira, pelas 21,15 horas, no anfiteatro da Escola Superior de Belas-Artes — ESBAP — a Avenida de Rodrigues de Freitas, 265. A mesa-redonda tem por tema «Timor-Leste, Portugal e as Nações Unidas» e conta com a participação da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-

Leste, Manuel Tilman (ASDI), Lemos Damão (PSD), o deputado de Carvalho (PS), respectivamente, presidente e vice-presidentes. Intervém no debate os jornalistas José da Silva, da RTP, Carlos Magno, da RDP, e Santos Ribeiro, do JN. A mesa-redonda é promovida pela Comissão para os Direitos do Povo Maubere (Portal). Durante a mesma, aqueles deputados poderão dar conta das recentes diligências feitas em ligação com o



Acta 251 da CEAT 1982-05-20.



11 Comunicação de imprensa da CEAT 1982-06-08.



Relatório da declaração da CEAT à Austrália 1982-06-08.

Mesa-redonda nas Belas-Artes TIMOR-LESTE PORTUGAL E A ONU

O imenso drama do povo de Timor-Leste, um povo ameaçado pelo genocídio, estará no centro do debate que se vai realizar na segunda-feira, pelas 21,15 horas, no anfiteatro da Escola Superior de Belas-Artes — ESBAP — a Avenida de Rodrigues de Freitas, 265. A mesa-redonda tem por tema «Timor-Leste, Portugal e as Nações Unidas» e conta com a participação da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-



A partir daí, o Governo Português deixou de poder dizer que tinha feito tudo o que estava ao seu alcance relativamente a Timor-Leste. Com todas estas pressões, o Governo acabou por ter que fazer alguma coisa para evitar uma derrota na ONU. Algumas semanas antes da votação,

foram enviadas delegações a dezenas de países para tentar conseguir votos suficientes para evitar uma derrota na votação na Assembleia-Geral da ONU.



Ramos Horta, peticionário na ONU em 1982.

Graças a isso, Portugal acabou por apoiar, de forma suficientemente eficaz, a estratégia da Resistência Timorense. O próprio Primeiro Ministro português foi à ONU e fez aí um importante discurso, em 1 de Outubro de 1982. Destas ações e da cooperação com os representantes timorenses na ONU e com os PALOP resultou que, contrariamente a todas as expectativas, a questão de Timor-Leste manteve-se em aberto nas Nações Unidas e Portugal continuou a ser considerado a Potência Administrante do território. Com efeito, a resolução foi aprovada por 4 votos de diferença.

A Resolução de 1982 foi uma derrota tão inesperada para a Indonésia e para os seus aliados, que estes nunca mais se atreveram a submeter à Assembleia Geral da ONU qualquer nova resolução.

Foi no contexto dessa resolução que em 1999, 17 anos mais tarde, foi alcançado um acordo entre Portugal e a Indonésia sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU para uma consulta ao povo de Timor-Leste.



Em resultado desta campanha de última hora, a resolução foi aprovada, por quatro votos de diferença.

Foi tal o choque, para os governos da Indonésia, dos EUA, do Reino Unido, da Austrália, e de outros países ocidentais, que davam como certa a derrota, que nunca mais quiseram submeter a votação qualquer outra resolução sobre Timor-Leste. Foi com base nesta resolução 37/30, de 1982 que, em 1999, teve lugar um Referendo de Autodeterminação, que levou, finalmente, à independência do território.

Apesar desta importantíssima vitória nas Nações Unidas e da solidariedade portuguesa continuar ativa, para evitar que a opinião pública deixasse que a questão de Timor desaparecesse completamente da comunicação social e das preocupações dos governantes, para o Povo Timorense pouco mudou. Depois desta importante vitória, ainda sofreu e lutou durante mais 17 anos.

Em 1991, na sequência do Massacre de Santa Cruz, e porque este foi filmado e reportado por jornalistas internacionais, é que finalmente o problema de Timor-Leste passou a ser notícia.

MASSACRE DE SANTA CRUZ, MISSÃO PAZ EM TIMOR E IV JORNADAS DE TIMOR DA UP, 1992



O cancelamento da visita parlamentar portuguesa causou uma enorme frustração entre os timorenses. Mas os líderes da Resistência consideraram que deviam aproveitar a presença, pela primeira vez, de tantos jornalistas estrangeiros, para levar para a frente a realização de uma grande manifestação. Esta teve lugar em 12 de Novembro de 1991. O pretexto foi uma romagem ao Cemitério de Santa Cruz, em Díli, para homenagear um jovem timorense assassinado dias antes por elementos pro-indonésios na Igreja de Santo António de Motael.

Do ataque brutal das forças indonésias à multidão concentrada no cemitério e nas suas imediações resultou um terrível massacre, que se prolongou nos dias seguintes e vitimou mais de duas centenas de jovens timorenses.

As imagens do massacre, registadas por jornalistas como Alain Nairn, Amy Goodman e Max Stahl, acordaram a consciência internacional e foram o ponto de partida para a viragem da opinião pública mundial contra a ocupação indonésia de Timor-Leste.

Na sequência do massacre, Rui Matques, da revista Fórum Estudante, impressionado com o sangue vertido por centenas de jovens timorenses, começou a pensar numa acção mediática de impacto mundial que prolongasse o efeito de choque das imagens do massacre sem fazer correr mais sangue. Foi a Missão Paz em Timor, a bordo do Lusitânia Expresso.

Xanana Gusmão e José Ramos-Horta, assim como outros líderes timorenses, deram o seu total apoio à Missão.

O Presidente da República, Mário Soares, recebeu os organizadores e manifestou publicamente o seu apoio à iniciativa. O ex-Presidente Ramalho Eanes aderiu de corpo inteiro e integrou a missão a bordo do Lusitânia Expresso.



Lusitânia Expresso entre fragatas indonésias.

Ramalho Eanes a bordo do Lusitânia Expresso.

As IV Jornadas de Timor da Universidade do Porto, realizadas entre 11 e 16 de Abril de 1992 sob o lema «Timor-Leste: Preparar o Futuro», fizeram do massacre de Santa Cruz tema de destaque.



José Amós, um jovem timorense sobrevivente do massacre, nas IV jornadas de Timor da Universidade do Porto.

O jornalista Allan Nairn nas IV jornadas de Timor da Universidade do Porto.

Participaram na Missão jovens de mais de 20 países, o que contribui para que a imprensa desses países publicasse notícias não só sobre as várias fases da Missão, mas também sobre a situação no território, contribuindo assim para a almejada mediatização. Os estudantes portugueses representavam, de algum modo, as associações e federações académicas a que pertenciam. Entre eles estava o Presidente da Federação do Porto, Diogo Vasconcelos. Algumas personalidades políticas e religiosas australianas e portuguesas e de outros países também participaram.

O Professor Barbedo de Magalhães participou na Missão Paz não apenas a título pessoal, mas também como representante da Universidade do Porto, que se associou à iniciativa conforme declaração do seu Reitor, Professor Alberto Amaral.

Realizada por jovens generosos e com ideais e por gente comum, a Missão Paz em Timor, apesar das suas fragilidades, teve um elevado impacto mediático, sobretudo na região e principalmente na Indonésia.

O jornalista Max Stahl conseguiu filmar alguns dos cerca de 270 jovens timorenses a serem massacrados, no Cemitério de Santa Cruz, em Díli, em 12 de novembro de 1991.

Além disso conseguiu esconder a cassete numa campa e ir buscá-la à noite, levá-la para Inglaterra e divulgá-la internacionalmente, a partir daí . Graças a isso o Mundo acordou, finalmente, para o drama do Povo de Timor-Leste

Essa maior consciência internacional do que se passava em Timor-Leste sob ocupação indonésia, tornou possível, a partir daí, pensar em desenvolver ações de solidariedade internacionais.

2.- O apoio ao revigoramento dos movimento indonésios Pró-Democracia e da cooperação entre os povos de Portugal, Indonésia e Timor-Leste.

Com este objetivo a COJTUP convidou vários indonésios, residentes na Indonésia, para participarem nas 5ªs Jornadas de Timor da Universidade do Porto, que tiveram lugar na região de Lisboa de 22 a 29 de julho de 1993.

Aí, finalmente, cidadãos timorenses e indonésios puderam encontrar-se, partilhar vivências e estabelecer laços de amizade e solidariedade na luta comum contra a ditadura do General Suharto.

3.- O reavivar da solidariedade alemã, 8 meses antes da visita do Presidente Suharto à Alemanha.

A solidariedade alemã para com Timor tinha sido bastante forte, nos primeiros anos da ocupação. O facto de entretanto as Bases da Resistência terem todas caído, destruídas pelas forças indonésias e terem cessado completamente as notícias sobre a Resistência, a partir de 1979, fez com que a solidariedade alemã se apagasse quase completamente.

Em 1993 soube-se que em maio de 1995 o Presidente da Indonésia iria fazer uma visita à Alemanha para melhorar a sua imagem na Europa.

Para acordar a solidariedade alemã e contrariar este propósito, a COJTUP (Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto) começou a procurar com quem organizar uma conferência de solidariedade na Alemanha, que finalmente acabou por ter lugar de 30 de setembro a 2 de outubro de 1994.

A CONFERÊNCIA DE ISERLOHN
- 30 DE SETEMBRO A 2 DE OUTUBRO DE 1994 -
E O DESENVOLVIMENTO DA SOLIDARIEDADE ALEMÃ PARA COM TIMOR

Consciente da imensa força económica e política da Alemanha no âmbito da União Europeia, das suas excelentes relações com a Indonésia (que incluíram a venda, em 1994, de 39 navios de guerra da antiga RDA) e da relativamente pequena projecção dos movimentos de solidariedade por Timor neste grande país, o Coordenador das Jornadas, juntamente com o Secretário da Plataforma Internacional de Juristas por Timor Leste, Dr. Pedro Pinto Leite, procuraram encontrar formas de promover uma iniciativa que pudesse alertar uma pequena parte da opinião pública deste país para o drama timorense.

Tendo encontrado grande receptividade não apenas junto dos cidadãos alemães que participaram na Missão Paz em Timor (Lusitânia Expresso) e nas VI Jornadas de Timor da Universidade do Porto, mas também junto de duas organizações alemãs, foi decidido que a iniciativa seria promovida por um grupo constituído por:

- Peter Frank, do Centro de Informação do Sudeste Asiático, Bochum, Alemanha;
- Dr. Rudiger Sereika, Academia Evangélica de Iserlohn, Alemanha;
- Dr. Pedro Pinto Leite, Plataforma Internacional de Juristas por Timor Leste, Leiden, Holanda;
- Professor A. Barbedo de Magalhães, Universidade do Porto, Portugal.

A Conferência Internacional teve lugar na Academia Protestante em Iserlohn. O tema era «*A Responsabilidade*

Europeia por Timor Leste – Abordagem Concertada Sobre as Remeniscências do Colonialismo».

Foram convidados, para participar na Conferência, representantes dos Governos Indonésio, Português e de outros países europeus, mas apenas o Embaixador de Portugal na Alemanha, Dr. Pinto da França, grande conhecedor da Indonésia, participou.

Apesar dos organizadores temerem que menos de trinta pessoas participassem nesta iniciativa, mais de 100 compareceram, incluindo jornalistas.

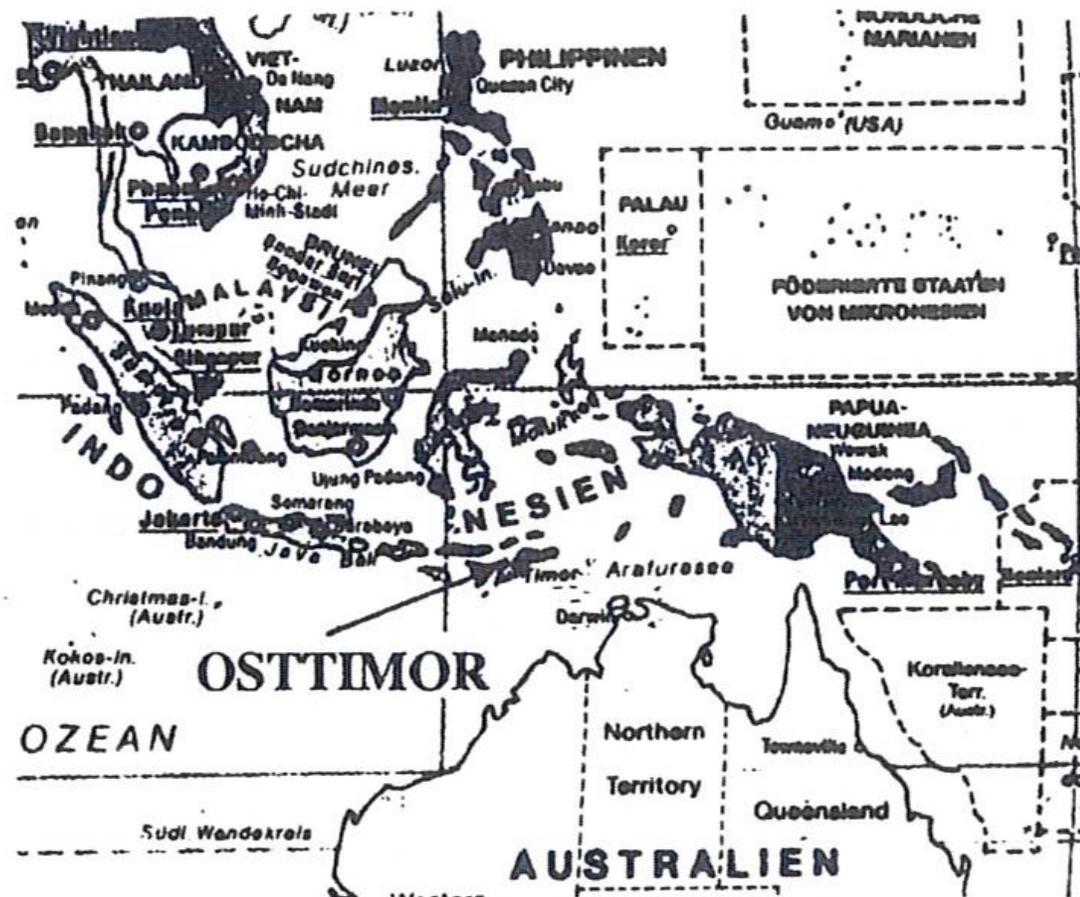
Um número significativo de convidados estrangeiros, que nos dias seguintes participariam nas sessões de abertura das VI Jornadas de Timor da Universidade do Porto, provenientes da Indonésia, Austrália e outros países distantes, aproveitaram a viagem até à Europa para também participarem na Conferência de Iserlohn.

Durante os preparativos da Conferência, um novo grupo de solidariedade por Timor foi criado na Alemanha.

No final da Conferência tinha-se já tornado claro que o movimento de solidariedade alemão era bastante mais vivo e activo do que parecera.

Quase meio ano depois, quando em Abril 1995 o Presidente Suharto viajou até à Alemanha como convidado de honra da Feira Internacional de Hanover, as manifestações nas ruas e os protestos contra as violações dos direitos humanos na Indonésia e em Timor Leste levaram-no a mostrar um grau de irritação que até então nunca tinha sido observado em público.

The European Responsibility for East Timor -



A concerted approach towards
the remnants of colonialism

Felizmente esta conferência teve um efeito despertador e motivador para muitos alemães, nomeadamente jovens, e para alguns indonésios residentes na Alemanha, que entre outubro de 94 e abril de 1995 organizaram e prepararam manifestações de rua contra a ocupação e as violações dos direitos humanos em Timor-Leste e, por sua vez, influenciaram artistas, autarcas e personalidades políticas influentes.

Quando a visita do General Suharto, Presidente da Indonésia, acompanhado do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, finalmente teve lugar, em abril de 1995, graças ao trabalho destas pessoas, a visita, em vez de lhe permitir melhorar a sua imagem na Europa e no Mundo foi um completo fiasco. Para a imagem da Indonésia e do seu regime ditatorial foi um enorme fracasso.

4.- O empoderamento da solidariedade internacional, especialmente na Austrália, em maio e junho de 1995, e mais tarde, a seguir à atribuição do Prémio Nobel da Paz ao Bispo Ximenes Belo e ao Dr. Ramos Horta, nos Estados Unidos e no Canadá, em 1997 (7^{as} Jornadas de Timor da UP)

Na Austrália, a iniciativa mais importante teve lugar na University of Technology de Sydney, de 21 a 27 de junho de 1996. Na Conferência de solidariedade aí organizada pela COJTUP, com esta e mais duas universidades australianas, participaram cerca de 300 pessoas. Entre estes incluíam-se representantes de cerca de 20 organizações pró-democracia indonésias. Algumas pessoas diziam que, dado o número de movimentos representados, era o maior encontro de organizações pró-democracia indonésias alguma vez realizada até então.

Participaram também alguns professores universitários indonésios, australianos, portugueses e de outros países, jornalistas e até alguns timorenses vindos de Timor-Leste, alguns com nomes e documentos falsos para poderem sair de Timor. Um deles veio da guerrilha, nas montanhas, e algumas semanas depois foi filmado numa montanha de Timor a atacar uma patrulha indonésia.

O impacto desta iniciativa nos movimentos pró-democracia indonésios e nas suas ligações internacionais, nomeadamente com organizações timorenses, australianas e portuguesas, foi enorme.

O facto de, em dezembro de 1996, o Dr. Ramos Horta, figura proeminente da Resistência Timorense, ter recebido o Prémio Nobel da Paz, conjuntamente com o Bispo Ximenes Belo, Administrador Apostólico da Diocese de Díli, deu novo élan e prestígio à Resistência. Muitas portas, antes completamente fechadas a qualquer iniciativa de solidariedade, começaram, finalmente, a abrir-se.

Os grupos de solidariedade ETAN-USA e ETAN-Canadá, entretanto criados, deram um apoio importantíssimo. Graças à sua extremamente eficiente colaboração, em fevereiro de 1997 foi possível realizar 15 conferências, em 13 universidades americanas e em duas canadianas.

As universidades canadianas escolhidas foram ambas de Vancouver, onde o General Suharto iria em novembro desse ano para participar numa Conferência da APEC (Asia Pacific Economic Conference). Também em Vancouver a presença do ditador indonésio e o desrespeito pelos direitos humanos foram objeto de grandes manifestações, para as quais os organizadores canadianos convidaram jovens timorenses residentes em Portugal, para darem testemunho.

Ainda mais importante do que as conferências, foi a audição, pelo Human Rights Caucus do Congresso dos EUA, dos testemunhos de Ramos Horta, do Professor Indonésio George Aditjondro e de dois proeminentes timorenses, que denunciaram as violações dos direitos humanos em Timor, sob ocupação indonésia, e as torturas feitas por militares indonésios a muitos milhares de timorenses.

Um dos congressistas presentes nesta audição foi o Senador Patrick Kennedy. Poucos meses depois desta audição, o Congresso Americano aprovou uma resolução cortando uma parte significativa do apoio militar à Indonésia.

Uma outra audição, na Legislatura (Parlamento) do Estado do Massachusetts, teve como consequência a proibição de realização de contratos do Estado do Massachusetts com quaisquer empresas americanas ou europeias que tivessem quaisquer negócios com a Indonésia.

NOBEL DA PAZ PARA TIMOR E VII JORNADAS: CONFERÊNCIAS NOS EUA E CANADÁ (1997)

A atribuição do Prémio Nobel da Paz de 1996 ao Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo e a José Ramos-Horta, dirigente do CNRM e Representante Pessoal de Xanana Gusmão, foi uma importantíssima vitória do Povo, da Igreja e da Resistência timorenses. A sua heroica luta pela paz na justiça e no respeito pelos direitos humanos viu-se reconhecida e homenageada pela comunidade internacional. A luta do povo de Timor-Leste entrou numa nova fase, e passou a ser muito mais conhecida e reconhecida do que até então.



A partir de Fevereiro de 1996 a COJUP começou a organizar um conjunto de conferências em universidades americanas. As dificuldades eram enormes. Após o anúncio dos Prémios Nobel, em 11 de Outubro desse ano, as portas começaram a abrir-se e foi possível realizar, em Fevereiro e Março

de 1997 conferências em 13 universidades americanas e duas canadianas, e ainda duas importantíssimas audições: uma no Caucus dos Direitos Humanos do Congresso Americano, em 25 de Fevereiro de 1997, e outra no Parlamento do Estado do Massachusetts, em 27 de Fevereiro.



Ramos-Horta dirigindo-se ao Caucus.



Armando Maia, Vice-Reitor da Universidade de Timor, lembra-nos a situação dos territórios sob ocupação. A sua Direita, Ramos Horta. A sua esquerda, o Padre Adelino Marcel. Involuntamente a separar os seus interlocutores foram obrigados a regressar a Timor-Leste pelas autoridades indonésias. Por isso, já não participaram nos próximos seguintes.



O Prof. George Adijondro mostra fotografias de timorenses a serem torturados por militares indonésios.



Alguns elementos da delegação que foi aos EUA e Canadá. Da esquerda para a direita: Luis Lobo Fernandes (U. Minho), Barbedo de Magalhães (U. Beira), José Gonçalves (Universidade Nova de Lisboa), Maria Mikuti, Maria Laura Pires (U. Azores) e George Adijondro (Beliden Universitas, Salatiga, Indonésia). Pouco depois desta audição foi aprovada uma resolução do Congresso e o Governo Americano contou grande parte do apoio militar, suspendeu a venda de 9 caças F16 e proibiu a venda de alguns tipos de armas à Indonésia.



Delegação indonésia na U.S. Francisco (a foto nº 7 da Embaixada indonésia em Londres). O Governo indonésio enviou uma delegação numerosa de diplomatas e membros dos seus serviços secretos para acompanhar estas audições. Em todas as sessões em que esteve presente, Barbedo de Magalhães pediu que lhes fosse dada oportunidade à delegação indonésia para expor os seus pontos de vista. A maioria dos políticos americanos de seus interlocutores não muito rústica e até, alguns anos, de resulto, aos contrários do que a delegação indonésia pretendia. A Universidade de São Francisco recebeu mais de um milhão de dólares de doações indonésias que ficaram zangados por esta universidade ter albergado a sessão sobre Timor.



Na sequência da audição de Ramos Horta e outros delegados da COJUP na Legislativa do estado do Massachusetts, em Setembro 1997-02-27, esta aprovação, dois meses depois, a resolução nº H 3730 que proíbe a realização de comatos entre entidades do Estado de Massachusetts com empresas que tenham negócios que não na Indonésia.

IV: SESSÕES FINAIS DAS VII JORNADAS NO PORTO E EM SANTA MARIA DA FEIRA



O Presidente Jorge Sampaio presidiu à abertura da componente portuguesa das VII Jornadas. Na mesa com Alkatiri, Rui Alarcão (Reitor da U. Coimbra), Embaixador Fernando Neves, Claudio dos Santos (Vice-Reitor da U.P.), Deputado da C.D.U. Horta, Barbedo, João Caraculski.

Seguiu-se, a esta iniciativa no Porto, um curso de introdução à Indonésia e Timor-Leste e um conjunto de reuniões com vista à preparação de outras iniciativas noutros países. Já com pouco ou nenhum apoio da U.P. Nesta última componente das VII Jornadas, realizada em Santa Maria da Feira, participaram algumas dezenas de jovens timorenses e membros da solidariedade internacional de muitos países. Foi em Santa Maria da Feira que a solidariedade canadiana ficou a conhecer muitos jovens timorenses, que depois convidou para participarem em manifestações em Vancouver aquando da presença do Presidente Suharto nesse país, em finais de 1997, numa conferência da APEC (Asia-Pacific Economic Cooperation). Como já aconteceu em 1995, as visitas ao estrangeiro passaram a ser uma dor de cabeça para o ditador indonésio.



5.- A colaboração na organização de duas muito importantes conferências, uma em Haia, na Holanda e outra em Londres, que permitiu pôr em contacto direto dirigentes da Resistência Timorense e muito importantes figuras indonésias, incluindo generais das forças armadas indonésias.

A ideia de organizar estas duas iniciativas partiu da Resistência e foi, inicialmente, apresentada a António Barbedo de Magalhães pelo Representante da Resistência em Portugal, Dr. Roque Rodrigues. A sua sugestão era que perguntássemos ao Diretor do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos e Internacionais de Lisboa, Álvaro Vasconcelos, se podia sugerir ao instituto holandês, Clingendael, que contactasse o Jakarta Institute for Strategical Studies, da Indonésia, para averiguar da sua recetividade à ideia de participarem na organização conjunta dum tal Seminário.

A reação foi positiva e a primeira conferência teve lugar em 26 e 27 de outubro de 1998, no **Clingendael - the Netherlands Institute of International Relations. O título foi: «*The Relations Between the European Union and Indonesia in the Context of the Asian Crises*».**

Nesta conferência o líder timorense Roque Rodrigues (que mais tarde se tornaria Secretário de Estado da Defesa de Timor-Leste) teve conversas muito importantes com o General Susilo Bambang Yudhoyono que, em 2004, se tornaria no 2º Presidente da Indonésia democraticamente eleito.

A segunda teve lugar em 29 e 30 de março de 1999, na **Chatham House (Royal Institute of International Affairs, London).**

O título da conferência foi: «*Seminar on The European Union and the Political Transition in Indonesia*».

Entre os participantes figuravam três Conselheiros do Presidente Bacharuddin Jusuf Habibie (Presidente de Transição que se seguiu à demissão de Suharto, até à eleição de novo Presidente), proeminentes professores e investigadores indonésios e de outros países, um marechal e três generais indonésios. Um deles era o **General Kiki Syahnakri, que se tornaria, seis meses depois, no último Comandante Militar indonésio de Timor-Leste. Foi ele que, em finais de setembro de 1999 assumiu que estava incapaz de assegurar condições de segurança em Timor-Leste e pediu às *International Peace Forces* lideradas pela Austrália para desembarcarem em Timor para restabelecer a paz e a segurança no território, que se tinha degradado, mais uma vez, depois do referendo.**

Neste 2º seminário participou também o Prémio Nobel da Paz José Ramos Horta e outros proeminentes líderes timorenses, bem como diversas personalidades europeias e americanas.

É muito provável que as conversações de Ramos Horta e outros líderes timorenses com os Generais indonésios e os Conselheiros do Presidente Habibie tenham tido uma grande influência no acabar da violência em Timor-Leste.

OUTRAS INICIATIVAS APOIADAS PELA UP

O diálogo com altas figuras do regime e da sociedade indonésia

Em finais de 1997 o representante da Resistência Timorense em Portugal, Roque Rodrigues, apresentou a Barbedo a ideia de estabelecer contactos com personalidades indonésias que pudessem influenciar o curso da política relativamente a Timor-Leste, incluindo generais. Barbedo ficou entusiasmadíssimo com a ideia, o mesmo acontecendo a Liem Soei Liong, começando os dois a colaborar com o Roque para a sua concretização.

O Centre for Strategic and International Studies (CSIS) de Jakarta, o think-tank dos militares indonésios, era uma instituição-chave para esses contactos. De acordo com a estratégia da Resistência Timorense, Barbedo e Roque Rodrigues contactaram o Dr. Álvaro Vasconcelos, Diretor do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI) de Lisboa, que tinha boas relações com outros institutos europeus de estudos estratégicos, nomeada-

mente da Holanda e do Reino Unido, os quais, por sua vez, tinham boas relações com o CSIS, de Jakarta.

Dificuldades criadas por uma instituição portuguesa a que Barbedo de Magalhães solicitou apoio para ser mais vasta a rede de instituições universitárias envolvidas na solidariedade fizeram com que a primeira das conferências, marcada para a Primavera de 1998 se atrasasse perto de meio ano e se realizasse apenas em 26 e 27 Outubro 1998, cinco meses após a queda de Suharto. O título que se deu a esta iniciativa foi «The Relations between the European Union and Indonesia in the Context of the Asian Crisis». Oficialmente a entidade organizadora foi o instituto de estudos estratégicos holandês Clingendael mas a lista de pessoas a serem convidadas foi sugerida por Liem Soei Liong. Roque Rodrigues e Barbedo de Magalhães.



Liem e Barbedo com o General Susilo Bambang Yudhoyono (SBY), no Clingendael, Holanda. Este timorense, seis anos depois (em 20 de Outubro de 2004), no 2º Presidente democraticamente eleito da Indonésia. Na altura era conhecido como «The Thinking General», pela sua inteligência e abertura política.



Álvaro Vasconcelos, do IEEI de Lisboa, Barbedo e SBY. Roque Rodrigues, que foi de longo, o mais importante ator nesta conferência e na sua preparação, fugiu sempre de ser fotografado. Nesta conferência Roque estabeleceu uma excelente relação com SBY que teve, na sequência da reunião, muito importantes reflexos na relação entre o General indonésio e a Resistência Timorense e, depois, entre a República da Indonésia e a RDTL.



A investigadora Dewi Fortuna Amos, influente conselheira do Presidente José Habibie. Na conferência realizada na Chatham House participaram mais dois conselheiros do Presidente da Indonésia.

Em 20-30 Março 1999 realizou-se uma segunda conferência na Chatham House, sede do Royal Institute of International Affairs, em Londres.



Lucas da Costa, Ramos Horta, General Kili Syahriali, Liem e Barbedo. Ramos Horta teve longas conversas com os 3 generais indonésios presentes, nomeadamente com Syahriali que alguns meses mais tarde seria nomeado comandante militar de Timor-Leste. Sentiu-se quem abria o caminho à entrada das forças da INTERFET (International Force for East Timor) no território em 20 Setembro 1999, pondo assim fim à razão que militares indonésios e milícias descontrolavam depois do referendo de 30 de Agosto de 1999.



Constâncio, Lucas, Barbedo, Américo, Roque e Amorim na Chatham House em Março de 1999.



Barbedo, General Syahriali e Liem em Londres, em Março de 1999.

De 2 a 4 de Maio de 2000, realizou-se uma terceira conferência em Bogor, também com uma importante participação informal de Roque, Liem e Barbedo, e a participação do IEEI, com Álvaro de Vasconcelos e de amigos indonésios.

Participaram muitas personalidades timorenses e indonésias e altos funcionários da UNTAET (United Nations Transitional Administration in East Timor). A conferência terminou com um jantar com o Presidente Abdurrahman Wahid (Gus Dur), que fora eleito em 1999 e se lembrava perfeitamente dos encontros com Barbedo de Magalhães em 1992, nos EUA, com quem tivera duas longas conversas a dois, e do convite que recebera deste para participar nas V Jornadas de Timor da Universidade do Porto que tiveram lugar em 1993.

Graças à tenacidade e sabedoria do Povo e da Resistência timorense, e também a todas estas e muitas outras ações da solidariedade internacional, depois de aprovada pela ONU a Resolução 37/30, em 5 de maio de 1999, num quadro político internacional que entretanto tinha mudado muito, a Indonésia e Portugal assinaram, sob os auspícios do Secretário Geral da ONU (Kofi Annan), um acordo (Acordo de Nova York) que abriu caminho a uma Consulta Popular ao Povo de Timor-Leste.

Esta Consulta Popular, organizada pelas Nações Unidas, realizou-se em 30 de agosto de 1999. Apesar das terríveis ameaças e massacres a que, mais uma vez, foram sujeitos os timorenses, pelas forças indonésias e pelas milícias por estas criadas, armadas e pagas, votaram 98,9% dos eleitores inscritos, sendo 78,5% dos votos favoráveis à Independência.

No mês seguinte, o Setembro Negro de 1999, militares indonésios e milícias por eles armados e pagos, ainda fizeram grandes massacres, queimaram completamente quase todas as vilas e cidades e levaram, à força, para a Indonésia mais de um quarto da população, para dizerem que o povo de Timor-Leste não tinha aceite o resultado e, por isso, fugia para a Indonésia.

Felizmente, entretanto tomou posse, como Comandante Militar, o **General Kiki Syahnakri, que Ramos Horta e outros líderes timorenses tinham conhecido em Londres alguns meses antes e que, reconhecendo a sua impotência para garantir a segurança dos timorenses, declarou que aceitava e apoiava a entrada da Força Internacional liderada pela Austrália para pôr fim aos massacres e deportações, acabar com a ocupação indonésia e repôr a estabilidade e segurança no novo país.**

Depois de uma fase transitória de administração pelas Nações Unidas, finalmente, em 20 de maio de 2002, a independência da República Democrática de Timor-Leste (RDT-L) foi reconhecida pela ONU e por todos os estados que a integram, numa cerimónia que contou com a presença de Xanana Gusmão, líder da Resistência Timorense a partir de 8 de março de 1981, do Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, do Presidente Jorge Sampaio, da nova Presidente da Indonésia, Megawati Sukarnoputri e do Primeiro-ministro australiano.

Grato pela atenção

António Barbedo de Magalhães